

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.651.880 - SP (2020/0014376-5)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : FERNANDO AUGUSTO DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : MARTA MARIA RUFFINI PENTEADO GUELLER - SP097980**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**INTERES. : BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A**  
**ADVOGADO : EDUARDO BAPTISTA FAIOLA - SP206945**  
**INTERES. : BANCO BMG SA**  
**ADVOGADOS : AURICÉLIA MARIA ALVES DA SILVA DUARTE - SP185449**  
**EDUARDO CHALFIN - SP241287**  
**RODRIGO DE BARROS - SP222057**  
**MIRELA SAAR CAMARA - SP355948**  
**INTERES. : BANCO CACIQUE S/A**  
**ADVOGADO : ANDRÉ MENDONÇA LUZ - SP139116**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por FERNANDO AUGUSTO DE OLIVEIRA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim resumido:

APELAÇÃO CIVIL DANO MORAL BENEFICIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ILEGALIDADE E IRREGULARIDADE DO DESCONTO NÃO COMPROVADA DANO NÃO DEMONSTRADO DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO APELAÇÃO NÃO PROVIDA SENTENÇA MANTIDA.

Alega interpretação divergente do art. 115, II, da Lei n. 8.213/91, no que concerne à impossibilidade de devolução de benefício previdenciário recebido de boa-fé, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O v. Acórdão, porém, deu interpretação divergente a dada pelo Superior Tribunal de Justiça ao artigo 115, II, da Lei Federal nº. 8.213/91, permitindo a devolução de benefício recebido de boa -fé, contrariando, também, o mesmo dispositivo legal (fls. 353).

A parte ingressou com a presente ação requerendo a não devolução dos valores pagos equivocadamente ao Recorrente a título de auxílio doença acidentário, enquanto já recebia o benefício da aposentadoria por invalidez. O pagamento dos dois benefícios de forma cumulativa decorreu de erro da própria Autarquia (fls. 354).

É o relatório. Decido.

Na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que inexistente a necessária similitude fática entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) indicado(s).

Nesse sentido, o STJ fixou que “o conhecimento da divergência jurisprudencial reclama a existência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas submetidos a confronto” (EDcl no Resp n. 1.254.636/ES, relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 23/4/2015).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AREsp n. 1.241.527/RS, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 26/3/2019; AgInt no AREsp n. 1.385.820/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 2/4/2019; e AgRg no REsp n. 1.500.980/RS, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 24/3/2015).

Ademais, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que, nos termos da jurisprudência do STJ, não é conhecido o recurso especial interposto pela alínea “c” do permissivo constitucional “quando o recorrente apresenta como paradigma acórdão prolatado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito de recurso extraordinário” (AREsp 1164184/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 30/10/2017).

No mesmo sentido: “Apenas os acórdãos do Supremo Tribunal Federal fundados na interpretação de norma infraconstitucional podem servir como padrão de divergência, de modo a ensejar o cabimento do recurso especial, nos termos do art. 105, III, 'c', da Constituição Federal, o que não é o caso dos autos” (REsp 1502678/PR, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 18/12/2015).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no REsp 1210998/MS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 15/9/2015; AgInt no AREsp 903.411/RJ, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 6/2/2017; e AgInt no REsp 1604133/PR, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 31/8/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente